

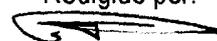
**Comité Nacional Para os Direitos Humanos ("CNDH")**

**\*\*\***

**RELATÓRIO DA MISSÃO À ILHA DO MAIO, DE 13 a 16 DE  
NOVEMBRO DE 2002**

(Realizada para divulgação do projecto de elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos, previsto no Decreto-Lei n.º 19/2001, de 24 de Setembro e recolha de contribuições da sociedade civil e das autoridades locais)

Redigido por:



Rui Araújo

- Jurista, Consultor Nacional para a elaboração do PNADH

## **I. Relatório da missão à ilha do Maio:**

### **1. Introdução.**

Os objectivos da missão eram os mesmos referidos nos relatórios anteriores, o respeitante à missão a S. Vicente e Santo Antão, o respeitante às ilhas de Sal, S. Nicolau e Boavista e o respeitante à ilha Brava.

Em suma, era uma missão para divulgação do projecto de elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos (abreviadamente aqui designado “*PNADH*”), a cargo do Comité Nacional para os Direitos Humanos (“*CNDH*”) criado pelo Decreto-Lei n.º 19/2001, de 24 de Setembro e para recolha de contribuições da sociedade civil e das autoridades locais.

Como foi esclarecido naqueles relatórios, essa missão enquadrava-se no âmbito da segunda fase dos trabalhos, de acordo com a metodologia definida no seminário realizado na cidade da Praia a 6 e 7 de Julho de 2002.

### **2 Notícia geral da missão.**

A missão decorreu de 14 a 18 de Novembro/2002.

A delegação era constituída pela Dra. Vera Duarte, Coordenadora do CNDH, Mlle. Geraldine Becchi, ponto focal do programa HURIST em Cabo Verde, Dra. Paula Fortes, técnica do Instituto Cabo-verdiano de Menores, e Dr. Rui Araújo, Consultor Nacional para a elaboração do PNADH.

A delegação efectuou um breve encontro com o Presidente da Câmara e no dia seguinte um seminário com as pessoas previamente convidadas pelo ponto focal respectivo – representantes de instituições (Estado, poder local, confissões religiosas) e elementos vários da sociedade civil em geral.



Essa reunião com a população, como as antecedentes, utilizou a técnica do *brainstorming*.

A sequência das intervenções foi, em essência, a relatada para a missão às ilhas de Sal, S. Nicolau e Boavista, e especialmente para a ilha da Brava. A saber:

- A Coordenadora, Dra. Vera Duarte, apresentou o Comité (modo de criação, antecedentes, objectivos, composição e razões da mesma), apresentou ou outros membros da delegação, falou do PNADH e da metodologia pretendida para a sua elaboração, teceu breves considerações sobre os direitos humanos e sua pertinência em Cabo Verde, explicou qual era o objectivo do encontro e depois passou a palavra à Mlle Geraldine Becchi para falar do programa do HURIST.

- Mlle. Geraldine Becchi falou efectivamente do programa HURIST, referindo-se a Cabo Verde e a outros países contemplados por esse mesmo programa.

- Depois a Coordenadora passou a palavra à Dra. Paula Fortes, que falou essencialmente da problemática das crianças e o papel do ICM, face à realização dos direitos destas:

- Finalmente tomou a palavra o Dr. Rui Araújo para expor mais de vagar sobre os direitos humanos em geral e em Cabo Verde em especial, a fim de lançar o debate.

- O Dr. Rui Araújo finalizou a sua intervenção com referências gerais a direitos humanos concretos, a título de exemplo, e solicitando à assembleia se pronunciasse sobre a existência ou não de violações dos direitos referidos ou outros.

Após essas intervenções a Coordenadora lançou o debate, convidando os presentes a intervirem de forma descontraída. Informou que o período da manhã seria para o inventariar dos problemas e o período da tarde reservado às propostas de sugestões.

Seguiu-se sob coordenação da Coordenadora do CNDH, uma sessão muito participada pela assembleia, que só foi interrompida pelo almoço – realizado no próprio local –, sendo apenas pontuais e breves as intervenções dos membros da delegação.

A lista dos participantes nessa reunião encontra-se no fim deste relatório.

### **3. Alguns traços do perfil sociológico da ilha do Maio**

Vai-se de seguida apresentar o perfil sociológico da ilha, bem como algumas estatísticas da justiça do ano 2001 a ela referentes, tendo como fontes básicas o “Censo 2000” e o “Relatório Sobre o Estado da Justiça”, documento debatido em Outubro/2002 na Assembleia Nacional.

Maio integra o grupo das ilhas de Sotavento e tem uma superfície de 269 Km<sup>2</sup>, para uma população estimada de cerca de 6.742 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 25,1 habitantes por Km<sup>2</sup>.

Maio possui apenas uma freguesia: a freguesia de N. Sra. da Luz. A sede do concelho fica na Vila do Porto Inglês.

É uma ilha de vocação turística.

Em termos de ligação com as outras ilhas do país dispõe de um aeroporto para voos domésticos e de um porto marítimo.

No que respeita a recursos em solos, a ilha do Maio dispõe de 35 ha. de terrenos para cultura irrigada e de 159 ha. para actividades agro-silvo-pastoril. Não existem indicadores disponíveis sobre os índices de incidência da pobreza, nem sobre a taxa de desemprego. A “ratio” medico/habitantes é de 1/6742 (um só na ilha). A taxa de analfabetismo é de 22,8%.

Em termos de equipamentos educativos, dispõe de estabelecimentos do EBI e do ensino secundário. No que respeita ao sector da justiça, dispõe de um tribunal de comarca de 3<sup>a</sup> classe, com competência genérica.

Á frente desse Tribunal encontra-se um juiz com a categoria de juiz-adjunto.

Dispõe de uma Procuradoria da República, à frente da qual se encontra um magistrado do Ministério Público.

Em termos de movimento processual no Tribunal e na Procuradoria da República, durante o ano de 2001, os dados recolhidos são os seguintes:



Tribunal:

**Processos Cíveis:** De um total de 45 processos, 18 transitaram para o corrente ano de 2002, tendo sido julgados 27.

**Processos Crime:** De um total de 47 processos, 14 transitaram para 2002, tendo sido julgados 33.

Procuradoria da República

Em termos de movimento processual na Procuradoria da República do Maio durante o ano de 2001, há a registar o seguinte:

Dos 5 processos relativos a crimes sexuais pendentes, todos entrados em 2001, 2 foram remetidos para outro tribunal, tendo transitado 3 para 2002.

No que toca a crimes contra a propriedade, para um total de 19 casos 2 foram acusados, 5 arquivados, tendo transitado para o corrente ano 12 processos.

No que respeita a processos sobre crimes contra a honra, para um total de 31 foram acusados 6, foram arquivados 8, transitando os restantes 17 para o corrente ano. Não se registou nenhum caso de homicídio voluntário.

Em termos de crimes contra a ordem pública, registaram-se oito casos, tendo sido 2 acusados, 3 arquivados, transitando 3. Não se registou nenhum caso relativo a estupefacientes.

No que respeita a menores, não há registo de qualquer caso durante 2001.

#### **4. Os trabalhos. O encontro com a população:**

##### **a) As questões levantadas:**

Vai-se de seguida dar notícia de forma resumida dos problemas levantados na reunião com a população, pois que com o Presidente da Câmara apenas aconteceu um breve encontro para apresentação e melhor programação.

A ilha do Maio, diferentemente das outras, não apresentou um leque considerável de problemas sociais e económicos agudos.

Contudo, foram levantadas várias questões pertinentes:

Um problema marcante referenciado foi a total falta de associativismo.

Reconheceu-se entretanto que para além da pouca instrução das pessoas, a excessiva burocracia ligada ao reconhecimento das associações tem a sua cota de responsabilidade na fraca expressão do associativismo na ilha do Maio.

Uma técnica da Morabi afirma que nas localidades se encontram pessoas com o 2º ano (actual 6ª classe) no máximo. Por isso, em qualquer iniciativa social ou cultural as pessoas desistem, por não verem horizontes, se não acontecer uma realização pública urgente – logo apressada.

Por outro lado, há uma clamorosa falta de quadros que possam apoiar as populações. Daí que os poucos quadros existentes se desanimem quando tentam dinamizar algum projecto social.

É necessário que a Câmara ou o Estado tenham técnicos que ajudem as associações a fazer projectos, pois com um projecto há mais estímulo para o trabalho associativo.

Na ilha há apenas, no momento, uma técnica social que, juntamente com uma voluntária do Corpo da Paz, faz dinamização associativa e cultural, bem como informação sobre SIDA. Criou um grupo de teatro, mas sem expressão ainda e sem perspectivas aparentes.

Existe, entretanto, a associação “Nos dever” presidida pelo Sr. Francisco Rocha, de 60 anos de idade, criada em 1992, e que tem trabalhado com crianças, idosos e carenciados. Tem feito construção e reconstrução de casa para essas pessoas. Essa associação fez um jardim infantil e tem terreno para um lar de idosos. É considerada exemplar.

A Cruz Vermelha tem projecto para a construção de um lar de idosos onde se prestam 30 refeições quentes. Entretanto, feita a pesquisa prévia, desistiu porque as pessoas idosas querem receber as refeições em casa, o que não é vocação da Cruz Vermelha.

Criticou-se que as associações apenas aparecem para solicitar financiamento à Câmara Municipal para a realização de um baile ou outra diversão do género.



Em contrapartida afirmou-se que a própria Câmara tem contribuído para a manutenção da situação reinante, porquanto ainda que conhecedora do fraco desempenho das associações existentes, sempre lhes dispensa apoios pecuniários quando lho pedem.

O problema maior das associações no Maio – disse-se - reside no seu corpo directivo, que trabalha muito pouco.

Formou-se recentemente uma associação juvenil, que elegeu para presidente um adulto de mais de 50 anos de idade.

Nota-se muito comodismo e passividade da parte dos jovens. E é preciso um maior envolvimento da sociedade na realização de iniciativas de interesse social, pois não se pode esperar tudo da Câmara Municipal e demais poderes públicos.

Considera-se que na ilha do Maio há um défice de respeito pelas instituições e que se deve fazer uma ampla divulgação do Código de Posturas junto das populações.

Na ilha do Maio a liberdade de expressão é bloqueada a todo o momento com a ameaça de levar pessoas ao tribunal, usando-se, de certa maneira, o tribunal como uma arma a favor das pessoas que a ele conseguem recorrer com mais facilidade.

Vão-se avolumando pouco a pouco os problemas da ilha em relação ao turismo, nomeadamente, no que toca à preservação da cultura.

A este propósito, referiu-se uma certa discriminação entre nacionais e estrangeiros, uma vez que estes têm toda a liberdade e até chegam a praticar nudismo nas praias e a atravessar a Vila só com um pequeno calção, enquanto o nacional pode até ser batido pela polícia se estiver sem camisa.

Uma interveniente da ilha de Santiago considerou que, no seu caso, tem sido discriminada pelo facto de ser “badia”. Considera que esse é um problema grave na mentalidade do maiense, que também discrimina os emigrantes da costa de África, tratados pejorativamente por “mandjacos”.

Pronunciando-se sobre este pormenor, alguém referiu que o problema da discriminação se reduziu consideravelmente na ilha nos últimos tempos. A questão que se põe – diz - é que os técnicos naturais da ilha a ela não regressam e os que vão de fora nela não encontram enquadramento social.

Afirmou-se que existem problemas para a juventude como a falta de uma biblioteca, de livros e materiais para os alunos.

Também no Maio parece haver um sério problema, <sup>vide de 2018</sup> embora ninguém diga nada, com medo. Mas sabe-se que antes era só “padjinha”, mas agora é droga mais forte.

Há na ilha casos de crianças sem registo. As crianças da ilha são criadas na rua e apresentam uma linguagem pouco própria para a idade. Não sabem tratar os mais velhos, tratando por tu a toda a gente.

Uma criança referiu que na ilha do Maio não há uma cultura de amor e é assim uma mãe sente vergonha de dizer ao filho que o ama.

Um participante referiu que a juventude está numa situação de grande vulnerabilidade. Falta-lhe oportunidades de emprego e também vontade de trabalhar. Os jovens que concluem o 12º Ano não tem qualquer oportunidade de emprego.

Outro participante referiu um problema pessoal e não só, considerado de alguma gravidade, que tem a ver com a situação de trabalhadores e elementos da população que no seu trabalho diário estão expostos a agro – tóxicos.

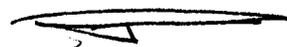
Disse que a questão já foi levantada em várias ocasiões, mas até hoje não se vislumbra qualquer solução para ela, muito embora, ao que parece, exista legislação adequada. Só que ela não tem sido cumprida.

Entende-se que devia haver um serviço de saúde na ilha para despiste dos casos de contaminação.

Alguém referiu que a protecção dos direitos humanos exige uma luta constante, nas particulares condições de Cabo Verde, devido à grande debilidade económica do país. Há jovens com vontade de ter uma maior intervenção social, mas a situação económica não ajuda.

Chamou-se a atenção para a necessidade de se inculcar valores na sociedade, desde a infância, pois sem valores, não há lei que valha.

Foi referido que as forças políticas só aparecem de quatro em quatro anos e que deveriam ter mais respeito pelo povo e pelos eleitores. Assim, bem que podiam comparecer em ocasiões não eleitorais para debates como esse promovido pelo Comité de Direitos Humanos.



Disse-se que a comunicação social não trata problemas sociais concretos de peso e que, no que concerne a programas para jovens, deveria haver maior seriedade no seu tratamento. Esses programas não ensinam nada. E mais do que nunca é fundamental investir nos jovens, pois eles precisam ter visão, responsabilidade e capacidade de iniciativa. É preciso fazer mais e mais palestras.

Falou-se também de situações de mau funcionamento dos serviços públicos no Maio e do mau atendimento que dispensam ao cidadão.

A propósito do desempenho da Polícia, o responsável da corporação na ilha confirmou que quando assumiu funções havia algumas situações irregulares, mas as pessoas não apresentam queixas contra os agentes prevaricadores.

Dissertando um pouco mais sobre a nova filosofia de actuação da Polícia, referiu que ela deve estar cada vez mais próxima da população, mas para tanto é necessário que haja maior confiança no relacionamento entre ambos.

Ou seja, a polícia terá que contar com a necessária colaboração da população nessa sua nova abordagem de intervenção pública em prol da defesa e garantia da segurança e ordem públicas.

b) Recomendações do encontro:

1. Apetrechar a ilha de quadros técnicos;
2. Maior preocupação dos Ministérios que têm a seu cargo as áreas da saúde e do trabalho com as situações em que o trabalhador se expõe a produtos tóxicos;
3. Criação de oportunidades de emprego para o jovem estudante que termina o 12.º Ano de escolaridade e não consegue continuar os estudos;
4. O Estado promover uma cultura de respeito pelas instituições e de limitação dos direitos em função dos deveres de cidadania;
5. Um maior incentivo ao associativismo;
6. Uma comunicação social que atenda mais adequadamente aos problemas e à educação da juventude;
7. Maior atenção aos problemas de discriminação de nacionais face ao estrangeiro turista, feita por policiais;
8. Promoção sistemática de palestras e encontros como o realizado pelo Comité.

## 5. Conclusões finais

À semelhança do que acontece nas ilhas da Brava e Boavista, mas também do Sal e S. Nicolau – para referir aqui apenas as ilhas sobre que o signatário deste documento relatou até ao momento -, a população do Maio reclama por maior presença do Estado.

Dizendo doutro modo, a população reclama por maior presença da autoridade, por um lado, e da competência técnica virada para a satisfação do interesse público e social, por outro. Isso independentemente do quadro estatal ou municipal de onde provenha essa competência.

É um sentimento que – sem pretender aqui entrar em profundas análises – parece ligado, em primeira linha (mas não só) ao fenómeno do turismo. Ou, mais abstractamente, a um certo choque de culturas, mesmo que esse fenómeno possa não ser ainda tão marcante (como é, por exemplo, na ilha do Sal), já que na ilha do Maio, o turismo está a dar os primeiros passos.

Digamos que a parte mais fraca nesse início de “*confronto*” de culturas em que se traduz o progressivo incremento do turismo sente a necessidade de maior presença do Estado, seja como protector, seja como estimulador ou promotor de iniciativas dinâmicas da sociedade civil. Em suma, como promotor da cultura.

Parece que à relativa ausência (demasiado fraca presença, entenda-se) do Estado nessa sociedade frágil (porque, além do mais, de baixo nível de instrução), a população liga o problema de uma crise de valores – e também de autoridade, esta eventualmente como um valor em si - reflectida na ausência da noção de dever.

Enfim, digamos que a sociedade maiense se “*apresentou*” como a que mais “*gritantemente*” reclama a presença do Estado, como factor “*social*” agregante, ou anti-desagregante.

Um Estado presente e sempre próximo, de cidadania, e não apenas uma presença nos momentos de procura de votos. Por isso a exigência de frequentes “palestras” ou encontros como o realizado e aqui relatado

Assim, apesar de algumas posições que acusam a sociedade civil maiense de amorfismo e dizem não se poder esperar tudo da Câmara e do Estado, é oportuno o registo desse “*grito*”.

Dois pormenores dignos de nota:

- Uma criança a criticar a atitude de mães que sentem "*vergonha de dizer ao filho que o amam*";
- A referência às sistemáticas ameaças de perseguição judicial como uma arma perversa usada pelos que têm mais fácil acesso aos serviços de Justiça.

Numa sociedade em que a pobreza é facto muito marcante, o povo clama por realização de necessidades outras que apenas a do pão: em suma, clama pela realização integral da democracia e dos direitos humanos.

Praia, 17 de Dezembro de 2002  
Redigiu,



Rui Araújo